



MERITOCRACIA ESCOLAR COMO JUSTIFICAÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL BRASILEIRA

Carla Munique Aparecida Garda (apresentadora)¹
Gilson Luís Voloski²

Resumo: As considerações reflexivas que seguem são resultado de um projeto de ensino desenvolvido no componente de Fundamentos da Educação, no ano de 2017, no qual a atividade consistia em elaborar um ensaio textual tendo por tema os desafios históricos da democratização da escola e da formação docente. De caráter qualitativo, a metodologia contou com estudos bibliográficos, tendo como procedimento ensaístico a experiência de pensar criticamente a problemática do tempo presente por meio de um conceito da literatura pedagógica. A delimitação do assunto se concentrou na crítica ao conceito de meritocracia no contexto de desigualdade social da escola brasileira. O termo meritocracia vem ganhando espaço no discurso reformista da educação básica. Sabe-se que o Brasil é um país de notórias desigualdades, inclusive no que se refere às condições da educação escolar. Pergunta-se, um sistema escolar de caráter meritocrático promove a justiça social ou acaba por legitimar ainda mais as desigualdades? De origem etimológica, a palavra meritocracia, vem do latim *meritum* que significa “mérito”, unida ao sufixo grego *cracia*, que se traduz como “poder”. O sistema de meritocracia defende que as posições sociais dos indivíduos na sociedade são decorrências do merecimento pelo empenho de cada um. Com a democratização da escola pública, acreditava-se que por todos possuírem as mesmas oportunidades cada um deveria ocupar o lugar social conforme seu desempenho individual. Entretanto, pesquisas de Pierre Bourdieu revelam que o rendimento escolar está relacionado ao *capital cultural* que os alunos herdaram de suas famílias. Afinal, a escola exige certas capacidades prévias das crianças que, para algumas, são adquiridas no meio familiar e social. Desse modo, a meritocracia escolar apenas legitimaria a desigualdade social, pois é possível compará-la a uma corrida em que todos têm a oportunidade de participar, a distância a ser percorrida é a mesma, porém alguns dispõem de treinamento prévio, equipamentos adequados, acompanhamento familiar e motivação de expectativas para uma boa classificação, enquanto outros não dispõem de tais condições prévias e, às vezes, estão obrigados legal e socialmente a participar, porque só há vencedores se houver perdedores. Para a ideologia da meritocracia todos são

¹ Acadêmica de Ciências Biológicas, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *Campus Realeza*, contato: muniquegarda@gmail.com.

² Professor Doutor em Educação, docente de Fundamentos da Educação, Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus Realeza*, contato: gilson.voloski@uffs.edu.br.



considerados "concorrentes" iguais, independentemente do capital econômico, social e cultural de que o aluno dispõe previamente, pois a conquista do seu espaço na sociedade vai depender exclusivamente do seu empenho individual nos estudos. Pelo exposto, chega-se as seguintes considerações: as desigualdades econômicas, sociais e culturais reforçam as desigualdades escolares e estas, por sua vez, justificam a reprodução social de tais desigualdades; isso não significa dizer que quem herdou pouco capital não possui capacidade de ascender, ao contrário, a escola pública deve promover a equidade pedagógica, isto é, prover como ponto de partida condições diferenciadas de aprendizagem e desenvolvimento aos desiguais para que todos tenham a oportunidade mais próxima possível como ponto de chegada; conclui-se que, considerando as condições da realidade brasileira, a meritocracia não é um sistema justo, pois acaba por agravar ainda mais as desigualdades existentes.

Palavras-chave: Mérito. Desigualdade social. Contexto escolar.